

Intelectualidade Negra: a relação entre conhecimento e feminismo na busca de uma postura epistemológica decolonizante

Black Intellectuality: the relationship between knowledge and feminism in the search for a decolonizing epistemological stance

Submetido em: 23/08/2024

Aceito em: 08/11/2024

Grazielle Castilho¹

Resumo: Este artigo tem como intuito nos levar a refletir sobre os efeitos da colonização sobre o conhecimento e reforçar o papel do feminismo negro e de suas lutas. Ao problematizar sobre os efeitos da colonização percebemos que ocorre um apagamento sistemático de contribuições de mulheres negras intelectuais, o que nos leva a pensar sobre questões políticas e de desigualdades estruturais que colocam o negro na posição de objeto de discurso. A partir desses pressupostos, discutimos neste artigo os lugares sociais que intelectuais negras têm ocupado no trânsito histórico levando em consideração as questões de gênero, assim como outros marcadores sociais de raça e classe que influenciam na construção dos saberes de forma desigual e que gera inúmeros conflitos e tensões. Em termos metodológicos buscamos resgatar e ressignificar produções científicas abarcando mulheres negras e articulando os saberes de forma que colabore com a decolonização do pensamento, discursos e posturas. Concluimos que para romper a hegemonia branca masculina é necessário superarmos formas de opressão contra as mulheres negras buscamos reforçar a necessidade do feminismo frente ao combate ao racismo, as desigualdades e na promoção de campos e difusão de conhecimentos decoloniais.

Palavras-chave: Intelectualidade; feminismo; interseccionalidade; racismo.

Abstract: This article aims to make us reflect on the effects of colonization on knowledge and reinforce the role of black feminism and its struggles. When discussing the effects of colonization, we realize that there is a systematic erasure of contributions from black intellectual women, which leads us to think about political issues and structural inequalities that place black people in the position of object of discourse. Based on these assumptions, in this article we discuss the social places that black intellectuals have occupied in historical transit, taking into account gender issues, as well as other social markers of race and class that influence the construction of knowledge in an unequal way and that generate countless conflicts. and tensions. In methodological terms, we seek to rescue and re-signify scientific productions covering black women and articulating knowledge in a way that collaborates with the decolonization of thought, discourses and postures. We conclude that to break white male hegemony it is necessary to overcome forms of oppression against black women. We seek to reinforce the need for feminism in the fight against racism, inequalities and in the promotion of fields and dissemination of decolonial knowledge.

Keywords: Intellectuality; feminism; intersectionality; racism.

Introdução

Esse artigo tem o objetivo de refletir sobre os efeitos da colonização sobre a produção científica de autoras/pesquisadoras negras além de reforçar o papel do feminismo negro e das suas lutas ainda sob o domínio do masculino. Dessa forma queremos repensar os lugares sociais que intelectuais negras têm ocupado no trânsito

¹ Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: castilhograzi17@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2761417351712670>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6193-7727>

histórico levando em consideração as questões de gênero, assim como os marcadores sociais da raça e classe que influenciam na construção dos saberes de forma desigual. Dessa forma, buscamos reforçar a necessidade de se combater formas de racismo.

Ao problematizarmos os efeitos da colonização sobre o conhecimento e sobre as produções científicas podemos dizer que na maioria das vezes acabamos por reproduzir padrões eurocêntricos, através das nossas roupas, filmes, músicas, estruturas políticas e intelectuais, e a forma em que adquirimos conhecimentos também acabam por se limitar aos reflexos da colonização. Os autores que lemos e os pensamentos que produzimos em sua maioria ainda são os velhos clássicos europeus. Essa colonização intelectual e acadêmica que nos é fornecida não dá conta de toda a realidade fazendo com que outros modos de conhecimento sejam invisibilizados, o que nos leva a compreender o mundo de forma engessada. Dessa forma são criadas categorias que organizam o pensamento, a política e a sociedade e essas mesmas categorias deslegitimam e apagam outras possibilidades de saberes.

É por meio do privilégio epistêmico que homens brancos ocidentais desfrutam sobre os saberes produzidos sobre outros corpos políticos, geológicos podendo assim definir o que é verdade, o que é realidade, o que é melhor para o demais, gerando pensamentos que reproduzem o racismo e colocam o outro num lugar de inferiorização. Quando falamos de descolonização do conhecimento trazemos novas ideias contra a hegemonia, as memórias de um pensamento branco-cêntrico responsáveis pela colonização do pensamento no mundo que vivemos.

A preocupação deste artigo é com a construção do conhecimento que rompe com as premissas epistemológicas da ciência que nos coloniza e ainda coloca o negro na posição de objeto de discurso. As categorias conceituais dos “outros” sempre expulsaram e dificultaram o acesso do negro nas universidades, negando-lhe a sua contribuição para a sociedade. Partimos da defesa de uma postura epistemológica decolonizante. O não reconhecimento, ou invisibilidade do conhecimento do outro “não branco” lhe produz saberes que são expressões de poder.

Decolonizar o conhecimento nos convida a conhecer o pensamento negro e a se projetar para o futuro com o olhar para outras possibilidades de saberes. Nos possibilita realizar reflexões sobre saberes decoloniais como uma possibilidade de efetivação de direitos humanos, a partir da presença de mulheres negras nas universidades e na consolidação de um pensamento feminista negro.

Diante disso, percebemos a necessidade de se conhecer, resgatar, retomar e ressignificar as contribuições intelectuais e a produção científica abarcando autoras/es negros que experienciam diferentes formas de opressões, devido a aspectos de raça, classe, gênero e sexualidade. Contribuições estas que possuem uma pluralidade de temas nos trazendo informações, conhecimento e memórias. É de extrema relevância que as ementas das academias sejam revistas, ao invés de ler somente clássicos europeus tragam também a presença de autoras/es negros nos programas de graduação e pós-graduação valorizando assim outros modos de conhecimento.

O que percebemos são universidades ocidentalizadas que internalizaram estruturas compostas por pilares xenofóbicos, etnocêntricos, racistas e sexistas que privilegiam o conhecimento europeu, branco e masculino e que desconsidera outras epistemologias, outras cosmologias e outras formas de saberes e fazeres (Castro; Dias, 2020).

Portanto, partimos do pensamento De Oliveira Dias; Henning e Santos Sousa (2020), para os quais o conhecimento é construído em campos tão hegemônicos que hierarquizam sujeitos e os classificam como étnico racialmente superiores ou inferiores. Percebemos a necessidade de denúncia e de resistência das estruturas e de práticas racistas, machistas, elitistas e coloniais na sociedade que não estão no passado, estão na contemporaneidade, muito presentes no cotidiano das pessoas e nas academias. A inserção da intelectualidade negra no campo de pesquisa científica e da produção do conhecimento faz parte da história e das lutas sociais do movimento social negro na luta pela superação do racismo. Partindo disso, este artigo reconhece como é urgente romper com discursos de privilégios e de reforçar as lutas cotidianas dos movimentos antirracistas e de refletir sobre as desigualdades histórico-culturais que são frutos de questões colonialistas.

Nossa escrita reconhece a urgência do dismantelamento dos privilégios raciais da branquitude, dos privilégios de classe, de cisgeneridade e daqueles provenientes de práticas e concepções capacitistas. Reconhece também a importância da construção de alianças e aquilombamentos, de compromissos e sobretudo de práticas cotidianas que contribuam efetivamente para o avanço das lutas antirracistas, antimachistas, anti elitistas, antiLGBTfóbicas e anti capacitistas. Esses esforços conjuntos visam, portanto, o questionamento das profundas e estruturais desigualdades histórico-culturais frutos, entre outras questões, de empreendimentos colonialistas constituintes da sociedade brasileira. Compreendemos, portanto, que o desafio para gerar espaços e reflexões de forma cruzada como este é um esforço necessário, pois pode nos possibilitar

ultrapassar fronteiras simbólicas rígidas que nos separam e inviabilizam transgredir e transformar agencialmente formas de opressão e subjugação interseccionais nos diversos espaços sociais, a exemplo da universidade. (De Oliveira Dias, Luciana; Henning, Carlos Eduardo; Santos Souza, Cristiane, 2020, p. 90)

Sendo assim, mais do que nunca é preciso repensarmos as formas tradicionais de construção de saberes, o conhecimento deve ser capaz de articular cultura, política e informação de maneira que colabore com a descolonização do pensamento e do conhecimento.

Valorização da produção científica de mulheres negras e as lutas cotidianas através do feminismo negro

Neste compartilhar de reflexões sobre a decolonização do conhecimento, posicionalidades, privilégios sociais e de lugares de fala iremos priorizar nesse artigo o contexto histórico das mulheres negras, atividade intelectual, suas tensões e conflitos. Consideramos que estas desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento sobre o tráfico, abolição da escravidão e sobre as lutas contra a discriminação racial, um papel que se cumpre através dos movimentos sociais e da reflexão científica.

Certos pesquisadores brancos para excluir os negros do espaço acadêmico ainda utilizam do nepotismo entre sujeito e objeto da pesquisa para excluir negros do espaço acadêmico e da produção do conhecimento sobre suas próprias vidas e culturas e dessa forma, minimizam suas contribuições. Visto dessa forma, se tem permissão intelectual de que é preciso ser branco intelectual para estudar sobre os negros e o contrário não acontece, colocando o negro a margem. Numa tentativa semelhante muitos negros questionam e negam que pesquisadores brancos possam captar suas essências ao falar sobre negros, captar com profundidade as experiências vividas.

Collins (1990) destaca questões relacionadas a posicionalidades na produção do conhecimento apontando como um lugar privilegiado, um lugar historicamente construído e através do qual é possível observar/compreender aspectos importantes do grupo quando se é parte dele. Acreditamos que a entrada de pesquisadores negros na academia tentam superar essa oposição sujeito/objeto, e tem aumentado os horizontes do conhecimento e introduzido novos temas as pesquisas preenchendo lacunas deixadas por pesquisadores tradicionais brancos se opondo a um pensamento único e hegemônico. Strathern (2006) denuncia essa visão ocidental eurocêntrica sobre o

pensamento humano e sobre a construção de gênero, onde olhar por uma única visão é deixar de considerar as pluralidades culturais que existem.

Não é difícil constarmos que discursos desconhecem a produção intelectual de mulheres negras são ainda hoje ausentes das redes acadêmicas como Lélia González, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Maria de Lourdes Siqueira, Ana Célia da Silva, Marluce Macêdo, Maria Nazareth Fonseca, Rachel Oliveira, Vanda Machado, Nilma Lino Gomes, Narcimária Luz C. Patrocínio, Edna Roland, Fernanda Felisberto, Wlamyra Albuquerque, Iolanda Oliveira, Marilena Chauí, Florentina Souza, Petronilha Beatriz, Rosângela Souza, Dyane Brito Reis, Fátima Aparecida, Eliane Cavalleiro, Inês Barbosa, Jeruse Romão, Edna Roland, Anória Oliveira, Ana Cláudia Pacheco, Denize Ribeiro, Ângela Figueredo, dentre outras. Tal invisibilidade, pois, não é ingênua. Ao contrário, explicita outras faces do racismo e do sexismo vividos por intelectuais negras.

Mulheres negras e pobres, ao longo de suas trajetórias produziram conhecimentos em diferentes espaços, dentre eles o espaço acadêmico, embora por muito tempo, tiveram negligenciadas/apagadas suas produções e pensamentos por um projeto de hegemonia epistêmico, racista, político e sociocultural. (De Oliveira Dias, Luciana; Henning, Carlos Eduardo; Santos Souza, Cristiane, 2020, p. 92).

Mulheres negras na sociedade revelam a trajetória histórica e política dos movimentos feministas na contemporaneidade que são instrumentos de luta no enfrentamento do racismo e sexismo, são espaços sociais construídos para sustentar um projeto de justiça social e de transformação da sociedade. Como estratégia política o movimento tem destacado a coexistência de vários processos de desempoderamento sobre a vida das mulheres negras, como resultado da intersecção de marcadores da diferença como gênero, raça e classe.

As trajetórias de mulheres negras nos revelam que não há motivação para o exercício da intelectualidade. Torna-se intelectual é uma conquista para poucos, haja vista a predominância do masculino nesse campo. A constatação disso e que há poucas discussões pouco aparece a dimensão sobre gênero. Infelizmente práticas racistas e sexistas impedem a dedicação ao trabalho intelectual pelas mulheres negras.

Segundo Hooks (1995) ainda se perpetua a representação iconográfica de mulheres negras como serviçais, domésticas, desqualificadas, incompetentes e inferiores. Além disso, seu corpo também é colocado como presença primitiva, selvagem, sexual, é considerado um “corpo sem mente. A utilização de corpos

femininos negros na escravidão como incubadoras par a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deveriam ser controladas” (Hooks, 1995, p.469). Todos esses estereótipos reforçam a naturalização que coloca as mulheres com atividades secundárias.

Mead (1934) nos mostra que a cultura influencia os papéis de gênero, com aquilo que a sociedade pensa do que é ser homem ou mulher e quais os papéis sociais que devem ser desempenhados por cada um “Comparando o modo como dramatizam a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construtores sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos, do gênero, de sexo” (Mead 1934, p. 22). Na sociedade ocidental patriarcal que vivemos o papel da mulher é inferiorizado diante do homem.

Diante disso é comum perceber que produções de intelectuais de intelectuais negras não/ou pouco compõem os componentes curriculares e de pesquisa, suas produções continuam a margem do mercado editorial. Essa invisibilidade trabalho de intelectuais do negras reafirmam o falso pressuposto de que não possuem competência, excelência na sua intelectualidade e da negação desse papel. Ainda se reduzindo a uma visão etnocêntrica.

Segundo Butler (2003) nesse processo de categorização alguns indivíduos são classificados como corpos humanos e outros abjetos (mulheres/negros) que possibilitam a desestruturação e a denúncia da ficcionalidade essencializada das identidades. Esses processos de identificações são reproduzidos no cotidiano e reforçados em atos performativos na tentativa de constranger que novos sentidos sejam materializados na promoção da igualdade dos gêneros e no combate ao racismo.

Por conta disso, as intelectuais negras enfrentam além da invisibilidade do seu pensamento outros dilemas apontados por Cornel West (1999) e Bell Hooks (1995) como desconstruir estereótipos negativos que circulam acerca das mulheres negras e de seus pensamentos. Para Foucault (2002) esses discursos são totalizantes e excludentes, são saberes dotados de exercícios de poder. Cabendo uma reflexão crítica sobre considerar novas possibilidades de saberes e discursos que favoreçam a alteridade e as realidades em que estão envolvidas. Muitas vezes, será necessário tomar posições sobre o que já está posto e legitimado como o mito da democracia racial, o racismo institucional e as práticas racistas que perpassam o cotidiano das relações. Nesse sentido, o pensamento e ações procuram ressignificar a identidade das

populações e das mulheres negras, da excelência de suas produções de conhecimento e da valorização e reconhecimento das suas contribuições intelectuais.

Concordamos com Scott (1995) na desconstrução do pensamento ocidental que universaliza homens e mulheres, entendendo que no gênero existem relações entre saber e poder é que este está ligado as relações de poder na sociedade. O gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.14).

Vale ressaltar neste artigo as múltiplas experiências de violências sofridas pelas intelectuais negras em suas trajetórias ao transitar por diferentes ambientes sociais de poder seus escritos revelam relações de opressão. Dias e Castro (2020) aponta que é impossível a separação entre localização étnica, racial de classe, sexual e de gênero daquele sujeito que enuncia e o conteúdo produzido por esse mesmo sujeito.

Temos a invisibilidade de Lélia Gonzalez (1984) “uma mulher negra e intelectual” que nos deixou como legado a afirmação da necessidade de aprofundar as reflexões sobre o racismo e o sexismo na sociedade brasileira nutrindo inúmeras formas de resistências e avanços sociais e políticos. Lélia trazia reflexões sobre o racismo estrutural que não permitia que pessoas negras acessassem lugares de poder, incluindo as universidades e as ementas acadêmicas.

Nós negros estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. (...) Porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes nós o sabemos) domesticar? (Gonzalez, 1984, p. 225).

Levando-nos a refletir que a sociedade ainda não superou modelo colonial e continua reproduzindo nas estruturas de poder através do extermínio da população negra, através do encarceramento em massa, desemprego, falta de acesso a escolarização, a universidade. Há um poder socialmente dado ao homem branco que não é questionado. É preciso criar espaços de discussão, sobre seu impacto sócio-histórico e cultural.

As próprias nomenclaturas que determinam as pessoas como: crioulas, cabras, cafuzas, boçais, mestiças, mulatas, entre outras são palavras que eram utilizadas como eufemismos, foram criadas para negar a realidade da sociedade brasileira, a presença das pessoas negras e africanas na sociedade racista e escravocrata. Durante séculos

não houve políticas reparatórias e indenizatórias que confrontassem a exploração escravista. O que existia era uma política de democracia racial, que construía uma ideologia do branqueamento.

É importante olharmos e pensarmos o racismo por essa visão de superação da visão do colonizado, no que se baseia na visão americana ou europeia. Precisamos aprender a dar importância a leitura social brasileira, ao sujeito histórico. O racismo cria subjetividades negras subalternas e oferece ao branco a falsa noção de poder, no direito da opressão, da segregação. Avançar no racismo nesse aspecto é conseguir romper com essa estrutura de violência. É preciso descolonizar esse olhar, por isso e tão essencial valorizar a produção científica de pessoas negras, e as suas contribuições trazendo uma visão mais ampla e reflexões significativas para uma sociedade mais democrática, desconstruindo preconceitos, violências e desigualdades.

Grada Kilomba (2019) nos traz uma reflexão de como é difícil ter lugar de fala dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo. Conseguimos perceber como conhecimento e poder racial se entrelaçam, basta observarmos quais conhecimentos são valorizados, reconhecidos e estão nas agendas acadêmicas “o centro acadêmico não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras.” (Kilomba 2019, p. 50). A falta de representação da comunidade negra se deve a um sistema racista que desqualifica e invalida o conhecimento, sendo a academia também um espaço de violência que mantém posições hierárquicas e preserva a supremacia branca.

Gloria Anzaldúa (1987) nos fala sobre o corpo politizado, em que há construções de hierarquias sobre o conhecimento, existindo um conhecimento que é superior e um inferior. O que encontramos nas academias é uma epistemologia eurocêntrica do conhecimento que encobre hierarquias raciais e hegemônicas, produzindo um mito universalista que encobre lugares de fala e estruturas de poder. Tal hierarquia introduz uma dinâmica em que negritude significa “estar fora do lugar” e de que branquitude é “estar no lugar”. Em meio ao racismo, corpos negros são corpos impróprios, que jamais poderão pertencer a algum lugar ao contrário dos brancos são sempre pertencentes ao lugar.

A presença de mulheres negras como Lélia Gonzalez e Grada Kilomba em encontros e congressos acadêmicos, eventos internacionais, contribuiu para introduzir uma dimensão racial, nesse sentido em termos epistemológicos e políticos passando a não se comportar em conformidade a modelos convencionados socialmente pelas elites

brancas intelectualizadas que ocupam espaços de poder na sociedade, inclusive nas universidades “só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento” (Kilomba, 2019, p.13).

Contemporaneamente, a neutralidade referente a universalização do saber ocidental tem sido questionada, ocorrem resistências a esses modelos e afirmação de novas existências nos campos de produção e reprodução do conhecimento. Sob uma perspectiva decolonial ciente da opressão e atenta á pluralidade de saberes e fazeres na qual o conhecimento ocidentalizado é somente uma das possibilidades dentre tantas outras.

Diante de todos esses apontamentos Frantz Fanon (2010) nos faz pensar como a violência dos processos de colonização e do racismo fazem com que mulheres negras sejam apagadas e invisibilizadas. E que a busca pela visibilidade muitas vezes faz com que os negros busquem máscaras brancas, pois o que se vive é uma relação de opressão sistemática e cotidiana em que é necessário ocorrer lutas antirracistas e questionamentos sobre os privilégios da branquitude. “É preciso descolonizar as nações, mas também os seres humanos. Descolonizar é criar homens novos, modificar fundamentalmente o ser, transformar espectadores em atores da história” (Fanon, 2010, p. 52).

Para Fanon (2008) a colonização não se limita à subordinação material de um povo, está na linguagem, nos métodos em que a ciência é construída, na produção cultural e intelectual. A inferioridade deve-se a dominação colonial que apaga a originalidade cultural que desconsidera que o negro possui cultura, civilização e um passado histórico.

Dessa forma, esses intelectuais registram em seus escritos a importância das suas próprias experiências para produzir suas reflexões e contribuições para pensar a sociedade na qual vivemos hoje. O que nos leva a pensar, reconhecer e valorizar toda a produção acadêmica que dispomos. É preciso abandonar o pensamento ocidental racista, a negação da humanidade e do conhecimento dos outros e reconhecer as potencialidades, seu valor existencial, cultural e epistêmica. O entendimento e a necessidade de refletirmos sobre relações entre diferentes grupos sociais e sua complexidade, levando em consideração os bases das desigualdades raciais e sociais são semeados por essas autoras.

Tornar-se uma intelectual negra é também uma ação de construção da identidade subjetiva (Hooks, 1995) diante dos inúmeros desafios que elas perpassam como a escrita solitária e o medo do isolamento. A produção intelectual requer condições favoráveis externas e internas, cabe a mulher cuidar da família e afazeres domésticos, diante disso, a decolonização da mente é necessária. Neste sentido, afirmar-se como intelectual mulher e negra é ter compromisso com mudanças sociais, culturais e políticas aliando a importantes lutas de combate ao racismo e sexismo, em busca da dignidade humana.

É preciso superarmos os estereótipos de gênero, mulheres negras são capazes de trazer inúmeras contribuições para a ciência, e podem de igual modo estarem em espaços de predominância masculinas através de sua trajetória. É necessário romper com formas totalizantes e conceber lugares de fala tanto para os homens assim como as mulheres na sociedade e nos espaços de produção de conhecimento. A desconstrução de ontologias de identidades, sustenta que elas são ficcionais e performativas (Butler, 2003; 2008; 2017). A partir dessa reconstrução podemos denunciar as relações de poder que ganham materialidades por essa dicotomia negro/branco; homem/mulher e outras que colocam o primeiro em hierarquia diante do segundo.

para entender o sexismo, a homofobia e o racismo, o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e ou cor é uma expulsão seguida por uma repulsa que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/ sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação de repulsa pode consolidar identidades baseadas na instituição do Outro, por meio de exclusão e da dominação (Butler, 2008.p.191).

Esse outro é aquele que não se enquadra nas normas do que é “normal ou natural”, e o que foge a essa normatização vive constantemente numa luta, ou é excluído ou tem seu direito negado. O que nos leva a reflexões acerca do conceito de gênero que é culturalmente construído. Nesse contexto, a análise das representações e as práticas sobre sexo/gênero/sexualidade, ganham relevância quando mulheres negras passam a reivindicar seu espaço como sujeitos de direito. E não podemos esquecer que a universidade, local privilegiado de discursos pautados em relações sociais de poder, deve ser um campo favorável para contestação das hierarquias e para combater desigualdades de gênero e raça.

A cerca dessa desconstrução proposta por Butler (2003) é inevitável falarmos sobre Simone Beauvoir (1949) “não se nasce mulher, torna-se mulher”, seu pensamento nos levava a refletir sobre o que significa ser mulher no mundo. As diferenças biológicas percebíveis são lógicas entre homens e mulheres, mas muitas questões ligadas à mulher não são inatas, mas sim frutos da construção social. As mulheres são socializadas desde a infância para se conformarem com normas de gênero tradicionalmente associadas ao feminino. A sociedade impõe expectativas sobre como as mulheres devem se comportar, o que elas devem valorizar e quais papéis devem desempenhar. Essas normas e expectativas moldam a identidade feminina, limitando as opções e a autonomia das mulheres.

As mulheres historicamente são consideradas inferiores e secundárias em relação aos homens colocadas numa posição de dependência e subordinação o que contribuiu para oprimir as mulheres. “[...] por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu.” (Beauvoir 1949, p. 13). Refletir sobre as normas de gênero impostas às mulheres e os papéis que são destinados na sociedade e questionar sobre os discursos que menosprezam e inferiorizam as mulheres. Beauvoir (1949) nos traz um pensamento que leva as mulheres a desafiar as normas impostas pela sociedade para conquistar autonomia e igualdade de direitos.

Esse tratamento desigual entre homens/mulheres contribui para um sistema de gênero desigual na nossa sociedade. Esse perfil de mulher “feminina” é um traço imposto pela sociedade à mulher e as limitações impostas durante a infância/adolescência têm consequências profundas na vida adulta das mulheres. Elas muitas vezes se refletem na falta de confiança, na sensação de inferioridade e a crença de que seu principal propósito na vida é servir aos interesses dos homens. Essas limitações sociais acabam por moldar a maneira como as mulheres se veem e são vistas na sociedade impactando sua identidade, suas relações pessoais, sua vida profissional e acadêmica. Mesmo com todas as limitações o que percebemos é que muitas mulheres conseguem superar essas barreiras sociais e mudar o destino de suas vidas buscando na educação, na universidade sua realização pessoal e profissional. Ao resistir, mulheres buscam explorar seu potencial sem restrições de gênero ou de papéis sociais que lhe são impostos.

Dessa forma, a emancipação feminina requer profundas transformações nas suas práticas e nos discursos feministas. Esse pensamento ecoou no projeto de

emancipação das mulheres brancas e negras. O feminismo negro surge como uma organização mobilizada pelas mulheres negras na luta contra o racismo e o sexismo. Enfrentamento do poder instituído, da dura realidade das mulheres negras que reivindicam soluções para os processos de opressão que as deixam vulneráveis. Sendo uma forma de fortalecer o coletivo e promover efetivas transformações nas mulheres como sujeitos sociais, políticos e históricos, uma vez que se constrói a autonomia, a tomada de decisões, modificando as condições de vidas das mulheres negras que são discriminadas.

O feminismo mesmo sendo alvo críticas conduz a decolonização do conhecimento como instrumento de luta na medida que constitui como espaço de contrapoder, questionando os poderes hegemônicos e abrindo espaços para a participação das mulheres negras nas academias. O feminismo, por si só, é um espaço de ousadia, resistência e de ações descolonizadoras com empoderamento individual e coletivo que ajuda na construção do pensamento político das mulheres negras e tem contribuído para projeto de justiça social e de transformação da sociedade. A construção de uma identidade individual se faz a partir da coletiva, através da atualização do passado histórico e cultural negro se tornará efetivo. A principal ação se constitui nas denúncias de racismo, farsa da democracia racial e do sexismo.

A atenção a esse movimento nos permite observar que existem várias representações sociais estereotipadas em relação as mulheres negras, que inferiorizam e que são heranças do colonial racismo e do patriarcal do machismo, que aprisionam as mulheres negras em uma teia de múltiplos preconceitos e discriminações que se interseccionam. A eficácia das representações estereotipadas tem dificultado colocar mulheres negras como intelectuais e produtora de saberes. (Dias; Castro, 2020).

Dessa forma o feminismo busca articular com o racismo e as relações de gênero. Sueli Carneiro (2003), um dos mais importantes nomes da militância negra no Brasil, nos traz que alguns pilares do movimento feminista não fazem sentido para as experiências das mulheres negras, no que concerne ao mito da fragilidade feminina, pois mulheres negras nunca foram frágeis, pelo contrário, foram masculinizadas desde a escravidão. A libertação feminina para mulheres se lançarem ao mercado de trabalho, sendo elas já trabalhavam há séculos, como escravas e empregadas domésticas, o trabalho sempre fez parte do cotidiano de mulheres negras. Ou seja, esse feminismo eurocêntrico distancia-se da realidade da mulher negra ao desvalorizar suas histórias de lutas e resistências onde o racismo determina a própria hierarquia de gênero. Sendo

assim, não se trata de superar apenas as desigualdades geradas pela hegemonia masculina, mas combater ao racismo é essencial para essa luta.

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (Carneiro, 2003, p. 5).

Tornar-se "uma mulher negra" significa assumir seu papel de protagonista na luta contra o machismo e contra o racismo e, além disso, construir uma resistência ao desejo de embranquecimento. Gonzalez (1984) e Rubin (2006) acreditavam em um feminismo que pudesse ser construído junto aos homens, sem considerá-los como vilões. O movimento feminista não deveria eliminar os homens, mas se livrar da estrutura social que cria o sexismo e o gênero. Pensar sobre mulheres negras deve estar conectado aos homens negros e a mulheres não negras. Sendo uma única causa que precisa fazer parte da luta de toda sociedade.

Desse modo é necessário discutir questões de gênero enquanto categoria útil e histórica, das relações de homens e mulheres, segundo Scott (1995) proporciona um campo de análise das desigualdades e das hierarquias sociais que nos propõe uma transformação dos paradigmas dos conhecimentos tradicionais, acrescentando novas possibilidades de conhecimento, ao lado de noções de classe e raça, considerando suas múltiplas conexões, suas hierarquias e relações de poder.

Considerações Finais

O exercício de identificar a composição racial e de gênero na produção do conhecimento nos leva a considerarmos a hierarquização dos sujeitos, que transitam pelos lugares sociais de fala que ainda são majoritariamente fundamentadas na universalização da contribuição da ciência branca, eurocêntrica, masculina que desconsidera e invisibiliza mulheres negras e suas produções. Repensarmos as formas tradicionais de construção desses saberes nos leva a repensar os lugares sociais e a entender que o conhecimento deve ser capaz de articular cultura, política e informação de maneira que colabore com a descolonização do pensamento, de discursos e de posturas.

As universidades lentamente têm se tornado espaços mais plurais, com circulação de saberes não hegemônicos se abrindo para novos saberes decoloniais.

Gerar espaços de reflexão nas universidades e instituições que rompem com a hegemonia branca masculina são necessários para superarmos formas de opressão contra mulheres negras. Evidenciando a realidade estrutural, do patriarcado, do racismo e do sexismo, esse artigo se dispõe a realizar uma reflexão pontuando que saberes são interseccionais e devem ser consideradas estratégias de decolonização e de rompimento intelectual, como defende Collins (1997).

Essas ações de combate à colonização do conhecimento reverberam nas lutas feministas e ter um lugar de fala nesse contexto exigiu um enfrentamento contra opressões interseccionais. O pensamento feminista negro emerge como estratégia para desconstruir estereótipos e perspectivas. A ampliação ao direito à educação e a democratização das universidades e dos saberes ocorrida nos últimos anos têm gerado a presença dos que antes eram excluídos e invisibilizados.

As lutas do feminismo negro pelos direitos têm promovido no campo dos saberes e da reprodução a difusão de conhecimentos mais decoloniais, interculturais, antiracistas, antimachistas e mais democráticos. Uma maior presença de mulheres negras nas universidades tem indicado uma abertura para uma perspectiva decolonial e um movimento de reestruturação das bases epistêmicas por meio da consciência de uma multiplicidade de saberes. Assim, ao considerarmos existências tão plurais de saberes poderemos conquistar uma postura epistemológica decolonizante.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Glória. *Bordelands/La Fronteira: the new mestiza*. San Francisco: Aunte Lute, 1987.
- BASQUES, Messias. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. *Ayé: Revista de Antropologia*, n.1, vol.1, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, J. 2003. Tráfico sexual: uma entrevista com Gayle Rubin. *Cadernos Pagu*, Campinas, N.21.
- DE BEAUVOIR, Simone. 2009 [1949]. *O Segundo Sexo*. (Tradução por Sérgio Milliet). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [Volume 1. "Introdução". Volume 2. "A experiência vivida", Introdução; Primeira Parte: "Formação / "Infância"]].

- DIAS, L. de O.; CASTRO, A. L. M. de. Mulheres Negras Nas Universidades E Saberes Decoloniais: Por Uma teorização De Um Pensamento Feminista Negro. *Monções* 2020, 9, 535-561.
- DE OLIVEIRA DIAS, Luciana; HENNING, Carlos Eduardo; SANTOS SOUZA, Cristiane. 2020. Orí e Cabaça são Femininas: Mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. *Revista Humanidades & Inovação*. Vol. 7, n. 25
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminism Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge. 1990.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscara Branca*. Salvador: Ed.UFBA, 2007
- FOUCAULT, Michel. 1977. *História da Sexualidade 1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. 1979. “Não ao Sexo Rei” e “Sobre a História da Sexualidade”. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HENNING, Carlos Eduardo. 2015. *Interseccionalidade e Pensamento Feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos*. Mediações, Maringá, Vol. 20, n.2
- HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Estudos feministas. Rio de Janeiro: Ano 3. n. 2, 1995.
- HOOKS, Bell (1995) “Intelectuais Negras”. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, p. 464-469.
- LIMA, Ari. A Legitimação do Intelectual Negro no Meio Acadêmico Brasileiro: Negação de Inferioridade, Confronto ou Assimilação Intelectual. *Afro- Ásia*, n. 25/26, p. 281-312, 2001.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MEAD, Margaret. 1999 [1935]. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva. [Prefácios, Introdução; Primeira Parte: Caps.1, 5, 6, 7 e 8; Segunda Parte: Caps. 12 e 13; Terceira Parte: Caps. 15 e 16, Conclusão]
- RUBIN, Gayle. 1986 [1975]. “El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”. *Revista Nueva Antropología* (30, VIII). México. [Há uma versão traduzida ao português de circulação restrita que será disponibilizada]
- RUBIN, Gayle. 2003 ([1984]. *Pensando sobre Sexo. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. *Cadernos Pagu* (01) [versão não publicada].
- ROSALDO, Michelle. 1995. *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento inter-cultural*. Horizontes Antropológicos. Ano 1, n.1
- SCOTT, Joan. 1995. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, 20(2), 71-99, jul./dez.
- STRATHERN, Marilyn. 2006 [1988]. *O Gênero da Dádiva. Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp.
- VIVEROS-VIGOYA, Mara. 2016. La interseccionalidad. Una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, 52, pp.01-17.